Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração		3
Relatório dos auditores independentes		5
Balanço patrimonial		8
Demonstração do resultado		9
Demonstração do resultado abrangente		10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido		11
Demonstração dos fluxos de caixa		12
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras		
1	Contexto operacional	13
2	Apresentação das demonstrações financeiras	13
3	Descrição das principais políticas contábeis	15
4	Caixa e equivalente de caixa	19
5	Títulos e valores mobiliários	19
6	Instrumentos financeiros derivativos	21
7	Relações interfinanceiras	21
8	Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22
9	Outros créditos	24
10	Ativos não financeiros mantidos para venda	24
11	Investimentos e participações em controladas	25
12	Imobilizado de uso	25
13	Depósitos e demais instrumentos financeiros	26
14	Obrigações por empréstimos e repasse	27
15	Outras obrigações	28
16	Imposto de renda e contribuição social	28
17	Contingências	29
18	Patrimônio líquido	30
19	Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	30
20	Transações com partes relacionadas	33
21	Outras despesas e receitas operacionais	34
22	Outras informações	34
23	Resultados não recorrentes	34
24	Eventos subsequentes	34

Relatório da Administração

Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Ao longo do 2º semestre, a economia mundial entrou em um ciclo de redução de taxa de juros. Em setembro, o *Federal Open Market Committee (FOMC)* iniciou por um corte de 0,5p.p., de forma até mais intensa do que esperado, vendo sinais de distensionamento no mercado de trabalho e inflação próxima à meta. A autoridade passou a equilibrar os pesos dos seus dois objetivos de política monetária, não desejando um esfriamento maior da atividade. No último trimestre, com uma economia mostrando força, a inflação americana voltou a subir, afastando-se dos 2%, enquanto a autoridade monetária passou a dar sinais de cautela em reduções adicionais. Em paralelo, a eleição de um novo governo, mais protecionista, trouxe à tona preocupações com os impactos inflacionários de políticas tarifárias, início de uma guerra comercial e um mundo menos multilateral. A busca por ativos mais seguros (especialmente, dólares), impulsionou a valorização da moeda frente às principais divisas internacionais.

Na Europa, o BCE iniciou os cortes ainda no final do 1º semestre, trazendo a taxa para próximo de 3% em dezembro. Uma economia bem mais anêmica, com dificuldades em enfrentar os baixos preços de exportações chinesas, principalmente em bens industriais, e uma inflação que encerrou o ano bem próxima à meta de 2%, permitiram à autoridade europeia adotar uma postura de maior afrouxamento.

Na economia chinesa, o desafio das autoridades foi impulsionar a economia, elevar a confiança e afastar o risco de deflação. Além de reduções nas taxas de juros, importantes medidas de estímulo foram anunciadas, principalmente no suporte aos governos regionais. Ao fim, apoiada em uma forte produção industrial voltada às exportações (com destaque para a alta tecnologia), os chineses cumpriram a meta de crescimento de 5%.

O Brasil caminhou em sentido oposto. O clima mais desafiador, com estiagem prolongada, impactou custos de geração de energia e afetou a produção de alimentos. A economia também apresentou um dinamismo maior que o esperado, impulsionada pela expansão fiscal, crescimento de dois dígitos do mercado de crédito e um mercado de trabalho robusto, fatores que contribuíram para a sustentação da inflação de serviços. No campo fiscal, não obstante uma arrecadação recorde, os agentes passaram a uma postura cada vez mais cética quanto à possiblidade de cumprimento das metas e estabilização da relação Dívida/PIB. A demora do governo em apresentar medidas de ajuste, o cenário externo desafiador e remessas de dividendos de multinacionais, contribuíram para elevação dos prêmios de risco e forte depreciação do real. A inflação acumulada em 12 meses saiu do piso 3,69% em maio de 2024, encerrando o ano em 4,83%, superando o teto da meta, enquanto a Selic acumulou uma elevação de 1,75p.p., encerrando 2024 em 12,25%.

Ao final do ano, o lado real da economia terminou 2024 de forma exuberante, com pleno emprego, arrecadação recorde, empresas lucrativas, investimento robusto, crédito com ampliação de dois dígitos e PIB provavelmente acima de 3,5%. Infelizmente, a demora governamental no envio de propostas para redução do gasto público afetou a já combalida confiança dos agentes, o câmbio e a estrutura a termo de taxas de juros. O país encerrou o ciclo com uma singular situação de desconexão entre os resultados econômicos e a confiança necessária para reancoragem das expectativas e um ciclo econômico mais positivo.

No exercício de 2024, o BRP continuou engajado nos pilares que sustentam o planejamento estratégico, focado incondicionalmente em atender as necessidades dos clientes, consolidando-se como um banco de serviços “tradicional” e tecnológico “Banking as a Service” (BaaS), possibilitando aumentar a sua capilaridade junto a cliente e parceiros, consolidando-se cada vez mais nos principais pilares do Banco Central do Brasil, Pix, Open Finance e DREX.

No projeto do Real Digital, no qual somos instituição líder do consórcio de bancos da ABBC – Associação Brasileira de Bancos, na 2ª fase, iniciamos o desenho das arquiteturas e definição dos conceitos relacionados aos estudos de caso. O BRP vem se posicionando na vanguarda tecnológica dos ativos criptografados pois acredita que a inovação tecnológica trazida pela blockchain, possibilitará uma maior democratização dos produtos e serviços financeiros para a sociedade.

No projeto do Open Finance, nos tornamos a 30ª ITP – Iniciador de Transação de Pagamento do País a possuir autorização para prestação do serviço. Nesse ambiente, o BRP passa a disponibilizar a funcionalidade que permite o comando de uma transação do Pix em qualquer instituição detentora de conta de depósito ou de pagamento.

Neste ano de 2024, o BRP permaneceu no Top 5 na projeção IPCA 12 meses pelo Boletim Focus do BACEN, ficando em segundo lugar de um total de aproximadamente 170 instituições que participam do ranking. Além disso, estivemos nas primeiras posições no podium do Prisma Fiscal, no Curto Prazo, nas Despesas Total do Governo Central e no longo prazo para arrecadação das Receitas Federais, Receita Líquida do Governo Central e Dívida Bruta do Governo Geral. Estar no podium é o resultado da dedicação e trabalho de alta performance dos nossos especialistas, cuja missão é sempre manter o alto padrão dos serviços prestados, tanto para nossos clientes, quanto para a sociedade.

Acompanhando as iniciativas do regulador (Banco Central), iniciou neste exercício, o projeto de duplicata escritural junto a certificadora, se preparando para ser um agente de escrituração neste novo ecossistema. O BRP vem acompanhando as discussões no sistema financeiro sobre o Edital de consulta pública n.º 108 que dispõe sobre a prestação de serviço de BaaS por parte das instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O BRP encerrou o exercício de 2024 com um total de ativos de R$ 1.966,85 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/Financiamentos, Fianças, CPRs, CDCAs, CRAs, CRIs, FIDCs, Debêntures e FIP) representando R$ 1.382,04 milhões. A carteira expandida aumentou em aproximadamente 27% com relação a dezembro 2023. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R$ 32,391 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 248,95 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado, 13,9%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R$ 1.290,59 milhões.

Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R$ 133,84 milhões demonstrando capacidade de geração de caixa.

O índice de capital principal representou 14,82% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz do Banco.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 14 de fevereiro de 2025.

A Administração

Av Pres. Vargas, 2121 – 4º andar
14020-260 Ribeirão Preto – SP
+55 (16) 2101 4600
www.brp.com.br

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

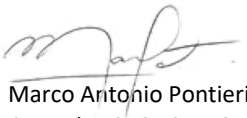
KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativo			
Disponibilidades	4	38	15
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	-	170.037
Títulos e valores mobiliários	5	826.071	651.112
Relações interfinanceiras	7	111.581	8.474
Operações de crédito - Setor privado	8	966.909	789.208
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(13.910)	(8.669)
(-) Prêmio a diferir sobre Operações de crédito	8 (g)	(2.126)	(1.036)
Créditos a receber	22	17.184	17.543
Outros créditos	9	9.370	4.227
Ativos fiscais diferidos	16 (b)	18.698	17.200
Ativos não financeiros mantidos para venda	10	18.910	17.816
(-) Provisões para desvalorizações	10	(2.043)	(2.043)
Investimentos e participações	11	14.426	11.088
Imobilizado de uso	12	3.262	3.103
(-) Depreciações acumuladas	12	(1.522)	(1.061)
Total do ativo		**1.966.849**	**1.677.013**
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Relações interfinanceiras	7 / 13	403.088	308.549
Depósitos	13	333.518	231.960
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	589.830	567.946
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	14	366.327	326.481
Outras obrigações	15		
Sociais e estatutárias		7.255	3.579
Fiscais e previdenciárias		14.198	11.296
Diversas		3.680	5.370
Total do passivo		**1.717.896**	**1.455.181**
Patrimônio líquido	18		
Capital social		224.660	204.864
Reserva legal		1.620	1.131
Reservas de lucros		22.674	15.837
Total do patrimônio líquido		**248.953**	**221.832**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.966.849**	**1.677.013**

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024	2023
Receitas da intermediação financeira		117.643	223.078	200.537
Operações de crédito	8 (f)	66.510	126.746	98.919
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 (c)	52.488	101.037	98.563
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(1.356)	(4.705)	3.054
Despesas da intermediação financeira		(81.263)	(155.564)	(139.029)
Operações de captação	13	(62.818)	(120.358)	(111.379)
Operações de empréstimos e repasses	14	(14.755)	(27.279)	(24.754)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(3.690)	(7.927)	(2.896)
Resultado bruto da intermediação financeira		**36.380**	**67.514**	**61.508**
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(12.512)	(26.255)	(25.641)
Receitas de prestação de serviços		1.923	3.684	3.643
Despesas de pessoal		(6.477)	(13.121)	(12.521)
Outras despesas administrativas		(7.362)	(15.424)	(14.683)
Despesas tributárias		(2.762)	(4.562)	(3.220)
Outras receitas operacionais		1	7	11
Resultado de participação em controlada	11	2.165	3.160	1.129
Resultado operacional		**23.867**	**41.259**	**35.867**
Resultado não operacional	22	3.112	4.344	2.983
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**26.979**	**45.602**	**38.850**
Imposto de renda e contribuição social	16	(8.495)	(10.262)	(13.052)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.852)	(11.761)	(15.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.358	1.498	2.020
Participações no resultado	22	(1.549)	(2.949)	(3.175)
Lucro líquido no semestre / exercício		16.935	32.391	22.622

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestre findo em 31 de dezembro de	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2024	2023
Resultado líquido do semestre / exercício	16.935	32.391	22.622
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	-
Total resultado abrangente do semestre / exercício	16.935	32.391	22.622

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Reservas especiais de lucro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**183.612**	**-**	**1.181**	**16.544**	**-**	**201.337**
Aumento de capital social		17.725					17.725
Reversão JCP proposto 2022			3.527	(1.181)	(16.544)		(14.198)
Integralização JCP ao capital		3.527	(3.527)				
Lucro líquido no exercício						22.623	22.623
Destinações:							
Reserva legal				1.131		(1.131)	
Juros sobre o capital próprio						(5.655)	(5.655)
Lucros a disposição dos acionistas					15.837	(15.837)	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**204.864**		**1.131**	**15.837**		**221.832**
Aumento de capital social		16.968		(1.131)	(15.837)		-
Reversão JCP proposto 2023			2.828				2.828
Integralização JCP ao capital		2.828	(2.828)				
Lucro líquido no semestre						32.391	32.391
Destinações:							
Reserva legal				1.620		(1.620)	
Juros sobre o capital próprio						(8.098)	(8.098)
Lucros a disposição dos acionistas					22.674	(22.674)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18**	**224.660**		**1.620**	**22.674**		**248.953**
Saldos em 30 de junho de 2024		**224.660**	**-**	**773**	**10.819**		**236.252**
Lucro líquido no semestre						16.935	16.935
Destinações:							
Reserva legal				847		(847)	
Juros sobre o capital próprio						(4.234)	(4.234)
Lucros a disposição dos acionistas					11.855	(11.855)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**18**	**224.660**	**-**	**1.620**	**22.674**	**-**	**248.953**

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2024	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre / exercício	**16.935**	**32.391**	**22.622**
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	8.495	10.263	13.053
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.690	7.926	2.896
Provisão para participações no resultado	1.549	2.949	3.175
Depreciações	234	462	495
Resultado de participação em controlada	(2.165)	(3.161)	(1.129)
Ativos fiscais diferidos	-	-	5.723
Provisão para contingências	89	(155)	(343)
Resultados com investimentos	(3.080)	(4.499)	(1.941)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	11.997	7.940	(10.510)
Variação em ativos e passivos	**(36.931)**	**(51.930)**	**(31.721)**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	70.016	170.037	(170.037)
Títulos e valores mobiliários	(114.069)	(182.900)	(75.127)
Derivativos (ativo)	-	-	245
Relações interfinanceiras (ativo)	(96.499)	(103.108)	(1.468)
Operações de crédito	(166.435)	(179.296)	(150.713)
Créditos a receber	1.786	359	468
Outros créditos	(14.642)	(16.904)	(13.219)
Ativos não financeiros mantidos para venda	(973)	(1.094)	1.561
Relações interfinanceiras (passivo)	103.036	94.539	176.202
Depósitos	44.102	101.558	36.951
Recursos de aceites e emissão de títulos	(7.154)	21.885	124.675
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	131.804	39.846	34.390
Outras obrigações	12.097	3.148	12.093
Passivos fiscais diferidos	-	-	(7.744)
Total variações	**814**	**2.187**	**2.318**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.770)	(5.575)	(7.305)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais antes dos impostos	(3.770)	(5.575)	(7.305)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(2.956)**	**(3.388)**	**(4.987)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos de controladas	-	500	500
Recebimento de lucro de investida	3.116	3.821	5.273
Adição de ativo imobilizado	(135)	(160)	(37)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	**2.981**	**4.161**	**5.735**
Fluxo de caixa de atividade de financiamento			
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	-	(750)	(766)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**-**	**(750)**	**(766)**
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**25**	**23**	**(17)**
Modificações na posição financeira			
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre / exercício	13	15	32
No fim do semestre / exercício	38	38	15
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**25**	**23**	**(17)**

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco" ou "BRP"), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas n° 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através de produtos e serviços financeiros e tecnológicos de altíssima qualidade que gerem impactos decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade, visando o relacionamento de longo prazo e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB n° 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições de financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2025.

a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025:

(i) Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

(ii) Resolução BCB n° 352 de 23/11/2023 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras

de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

(iii) Resolução BCB n° 356 de 28/11/2023 Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022. Vigente a partir de 01º de janeiro de 2025.

(iv) Resolução CMN n° 5.146 de 26/6/2024, que altera a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

(v) Instrução Normativa BCB n° 464 de 11/4/2024, que esclarece os critérios a serem observados na estimação dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

Impactos e mudanças da adoção da Resolução CMN nº 4.966 / 2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN no 4.966, que estabeleceu conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os objetivos da normativa são simplificar a elaboração das demonstrações contábeis, facilitar a compreensão dos relatórios financeiros por investidores, órgãos reguladores e demais usuários do mercado, demonstrar uma visão mais realista da exposição ao risco de crédito das instituições e reduzir as assimetrias entre as normas contábeis brasileiras (BR GAAP) e as normas internacionais.

Com a implementação das normas de IFRS, foram elencadas como principais alterações: a estrutura da equipe técnica responsável pela condução e implementação do IFRS 9, as políticas internas que nortearam os procedimentos operacionais e as adequações sistêmicas/fornecedores, através da contratação de provedores de soluções para os sistemas legados que apuram a perda esperada através da metodologia simplificada distribuída por carteiras (C1 a C5).

Em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução BCB no 352, que define os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A resolução também aborda os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativos financeiros como SPPJ ("somente pagamentos de principal e juros"), a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas. Estes critérios devem ser observados pelas instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e instituições de pagamento.

A IFRS 9 introduziu conceitos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas esperadas e hedge accounting. As principais mudanças conforme a normativa são: classificação de instrumentos financeiros, taxa efetiva de juros da operação (TJEO), valor justo stop accrual, cálculo da perda esperada e renegociação e reestruturação da dívida.

O BRP, em virtude das especificidades atreladas aos requerimentos contábeis obrigatórios, elaborou um modelo de classificação e mensuração, através da aplicação dos testes de SPPJ (somente pagamentos de principal e juros). O BRP classificou os ativos financeiros em custo amortizado, valor justo no resultado ou valor justo em outros resultados abrangentes.

O BRP realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução n.º 4.966/21, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 que, em especial, revogou a Resolução CMN Nº 2.682/99, que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. De acordo com as simulações efetuadas, espera-se um incremento no valor da perda esperadas associadas ao risco de crédito em função da nova metodologia de provisão.

A transição para a Resolução CMN n.º 4.966/2021 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a 2,93% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução CMN nº 4.966/21	% Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para operações de crédito	2,93%
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	0,09%
Perda de crédito créditos a liberar	0,09%
Mensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma	0%
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	0%
Outros	0%

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros ou perdas acumuladas na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

a. Moeda Funcional

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para

perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

d. Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas:

(i) Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Por isso, são classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

(ii) Disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos *("accrual")* são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

(iii) Mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

g. Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular BACEN n° 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

i. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

j. Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

k. Investimento e participações

O Banco possui participação societária em registradores e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. Os investimentos nas registradoras são feitos pelo valor justo e os investimentos na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 11).

l. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 4%; equipamentos de processamento de dados 20%; benfeitorias de 10% a 20%, pelo prazo máximo de nove anos.

m. Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro exercício excedente a R$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2023 – 20%). Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 16).

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa é constituído por:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Caixa	8	2
Reserva livre	30	12
Disponibilidades	**38**	**15**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	170.037
Aplicação interfinanceira de liquidez	**-**	**170.037**

5 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por classificação

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos mantidos para negociação, sendo livres ou vinculados à garantia de operações na B3, e privados, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, como debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de recebíveis do imobiliário) e mantidos até o vencimento, como os CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural financeira) emitidas por produtores rurais.

	31 de dezembro de 2024				31 de dezembro de 2023
	Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil	Níveis hierárquicos de valor de mercado	Valor de contábil
LFT - Letras financeiras do tesouro	368.173	356	368.528	Nível 1	328.052
NTN - Nota do tesouro nacional	57.658	(2.907)	54.751	Nível 1	27.678
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	53.407	(877)	52.530	Nível 2	34.855
FII - Fundos de Investimentos Imobiliários	29.970	(2.970)	27.000	Nível 1	-
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	25.554	(194)	25.360	Nível 2	26.528
Debêntures	24.853	(330)	24.523	Nível 1	23.190
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	35.198	-	35.198	Nível 1	3.042
FIP - Fundos de Investimentos Privados	30.640	-	30.640	Nível 1	20.153
Nota Comercial	25.643	(143)	25.500	Nível 2	2.895
Compromissada títulos privados	-	-	-	Nível 1	4.299
Vinculados à prestação de garantias - LFT	2.694	6	2.700	Nível 1	5.794
Total Títulos para negociação	**653.789**	**(7.060)**	**646.729**		**476.485**
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	-	Nível 2	1.009
CPR - Cédula de produto rural	192.274	(12.933)	179.342	Nível 2	173.618
Total Títulos mantidos até o vencimento	**192.274**	**(12.933)**	**179.342**		**174.627**
Total Títulos e Valores Mobiliários	**846.063**	**(19.992)**	**826.071**		**651.112**

b. Composição por vencimento

	31 de dezembro de 2024				
	Vencidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	371.228	371.228
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	-	54.751	54.751
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	-	463	52.067	52.530
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	25.360	25.360
Debêntures	-	-	-	24.523	24.523
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	5.018	30.180	35.198
FIP - Fundos de Investimentos Privados	-	-	-	30.640	30.640
FII - Fundos de Investimentos Imobiliários	-	-	-	27.000	27.000
Nota comercial	-	-	-	25.500	25.500
Total Títulos para negociação	**-**	**-**	**5.481**	**641.249**	**646.729**
CPR - Cédula de produto rural	4.611	35.842	66.841	72.049	179.342
Total Títulos mantidos até o vencimento	**4.611**	**35.842**	**66.841**	**72.049**	**179.342**
	4.611	**35.842**	**72.322**	**713.297**	**826.071**
Total - Circulante					**754.022**
Total - Não circulante					**72.049**

	31 de dezembro de 2023				
	Vencidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	333.846	333.846
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	27.678	-	27.678
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	-	3.595	31.260	34.855
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	26.528	26.528
Debêntures	-	-	-	23.190	23.190
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	-	3.042	3.042
FIP - Fundos de Investimentos Privados	-	-	-	20.153	20.153
Compromissada títulos privados	-	4.299	-	-	4.299
Nota comercial	-	-	-	2.895	2.895
Total Títulos para negociação	**-**	**4.299**	**31.273**	**440.913**	**476.485**
CPR - Cédula de produto rural	26.477	26.477	84.073	63.068	173.618
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	1.009	1.009	-	-	1.009
Total Títulos mantidos até o vencimento	**27.486**	**27.486**	**84.073**	**63.068**	**174.627**
	27.486	**31.785**	**115.346**	**503.981**	**651.112**
Total - Circulante					**588.044**
Total - Não circulante					**63.068**

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

A rubrica "Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários", no Demonstrativo de resultado, tem a composição abaixo:

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024	2023
Receita de juros - títulos públicos e privados	58.945	97.507	77.565
Operações compromissadas	5.540	11.470	10.488
Ajuste a valor de mercado	(11.997)	(7.940)	10.510
Total Receitas de Operações com títulos e valores mobiliários	**52.488**	**101.037**	**98.563**

6 Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos Instrumentos financeiros derivativos estão relacionados às taxas de câmbio e juros.

				31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
	Valor de referência (conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Efeito líquido (resultado)	Valor contábil (patrimonial)	Valor contábil (patrimonial)
Posição ativa - Diferencial a receber					
Dólar futuro	(18.659)	-	(4.705)	-	-
	(18.659)	**-**	**(4.705)**	**-**	**-**

7 Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Posições ativas		
Depósitos no Banco Central - pagamento instantâneo	110.912	8.138
Correspondentes no país	669	335
	111.581	**8.474**
Total - Circulante	**111.581**	**8.474**
Total - Não circulante	**-**	**-**
Posições passivas		
LFT - Vinculados a compromisso de recompra	358.077	279.038
NTN - Vinculados a compromisso de recompra	45.011	25.010
Compromissada títulos privados	-	4.500
	403.088	**308.549**
Total - Circulante	**403.088**	**308.549**
Total - Não circulante	**-**	**-**

Saldo descritos na rubrica de "Depósitos no Banco Central – pagamento instantâneo" refere-se à parcela do saldo diário da conta de reserva para pagamentos instantâneos (SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos) para transações entre contas correntes instantâneas (Pix).

8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil
Capital de giro	387.735	(8.497)	379.238	362.667	(4.499)	358.168
Repasses de recursos do terceiros (i)	317.162	(1.574)	315.588	257.364	(1.100)	256.264
Cessão de crédito imobiliário	61.961	(992)	60.969	36.657	(891)	35.766
Financiamento imobiliário	11.919	(800)	11.119	16.414	(940)	15.474
Conta garantida / Cheque especial	116.445	(743)	115.702	50.566	(395)	50.171
Crédito direto ao consumidor	25.113	(1.127)	23.986	28.676	(225)	28.452
Cédula de crédito a exportação	-	-	-	17.058	(160)	16.898
Crédito pessoal	4.034	(48)	3.987	7.198	(362)	6.836
Vendor	327	(3)	324	1.104	(8)	1.096
Home equity	-	-	-	146	(1)	145
Antecipação de recebíveis de cartão	16.376	(75)	16.301	11.357	(88)	11.269
Crédito rural de recursos livres	25.838	(51)	25.786	-	-	-
Total	**966.909**	**(13.910)**	**952.999**	**789.208**	**(8.669)**	**780.539**

(i) Saldo composto por operações de FUNCAFE (repasse do Ministério da Agricultura e Pecuária), BNDES e Finame (repasse do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

b. Composição da carteira por faixa de vencimento - Setor privado

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Vencidas	3.806	19.989
A vencer até 90 dias	80.876	30.300
A vencer entre 91 e 360 dias	328.631	275.960
A vencer acima de 360 dias	553.597	462.960
Total	**966.909**	**789.208**

c. Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Construção civil	337.926	174.462
Comércio	233.219	313.277
Pessoas físicas	169.477	131.570
Serviços	168.235	128.704
Indústria	58.052	41.195
Total	**966.909**	**789.208**

d. Composição das exposições da carteira de crédito por indexador

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor	% sobre carteira total	Valor	% sobre carteira total
PRE	347.904	36,0%	311.432	39,5%
CDI	368.387	38,1%	352.694	44,7%
IGPM	42.337	4,4%	53.361	6,8%
IPCA	197.775	20,5%	71.721	9,1%
Taxa Referencial BNDES	10.506	1,1%	0	0,0%
Total	**966.909**	**100%**	**789.208**	**100%**

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2024	2023
Saldo inicial	**(8.669)**	**(16.980)**
Transferências para prejuízo	2.685	11.207
Constituição de provisão	(10.951)	(3.716)
Reversões de provisão	3.025	820
Saldo final	**(13.910)**	**(8.669)**

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estavam assim distribuídos:

					31 de dezembro de 2024	
Níveis de risco	**Curso normal**	**Atraso**	**Total das operações**	**% de participação**	**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**	**% conforme Res. 2682**
AA	199.569		199.569	20,64	0	
A	593.220	3.874	597.094	61,75	2.985	0,5
B	128.770	2.840	131.610	13,61	1.316	1
C	2.429	3.575	6.004	0,62	180	3
D	19.501	3.113	22.614	2,34	2.261	10
E	10	777	787	0,08	236	30
F	0	38	38	0,00	19	50
G	0	7.600	7.600	0,79	5.320	70
H	109	1.483	1.592	0,16	1.592	100
	943.609	**23.300**	**966.909**	**100,00**	**13.910**	

O valor de R$23.300 (2023 - R$15.572), apresentado na coluna atraso, é representado por saldos dos contratos com parcelas vencidas no final do exercício de 2024.

O montante renegociado da carteira de operações de crédito em 2024 foi de R$71.683 (2023 – R$51.993).

					31 de dezembro de 2023	
Níveis de risco	**Curso normal**	**Atraso**	**Total das operações**	**% de participação**	**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**	**% conforme Res. 2682**
AA	185.398		185.398	23,49	0	
A	463.110	1.765	464.875	58,90	2.324	0,5
B	97.912	3.004	100.916	12,79	1.009	1
C	7.604	2.675	10.279	1,30	308	3
D	19.398	4.514	23.913	3,03	2.391	10
E	33	1.312	1.345	0,17	404	30
F	8	325	334	0,04	167	50
G	18	257	276	0,03	193	70
H	154	1.718	1.873	0,24	1.873	100
	773.636	**15.572**	**789.208**	**100,00**	**8.669**	

f. Composição das receitas de operações de crédito

No demonstrativo de Resultado, a rubrica "Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito" é composta de rendas de operações de crédito, nos montantes descritos:

	Semestre findo em 31 de dezembro de	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	2024	2023
Rendas de operações de crédito	59.869	113.767	89.767
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	6.641	12.980	9.152
Total Receitas de Operações de crédito	**66.510**	**126.746**	**98.919**

g. Cessão de crédito

O BRP realizou no exercício operações de compra de carteira de crédito, do setor imobiliário sendo adquirido de participantes não integrantes do sistema financeiro com retenção substancial de risco. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2024 dessas operações é de R$31.695 (2023 – R$ R$9.687).

Sobre estas, foram auferidos ganhos no período no valor de R$1.537 (2023– R$217), referentes à diferença entre os saldos das operações à valor presente e o respectivo deságio proveniente da negociação da cessão, registrados na conta de "Prêmio a diferir sobre Operações de crédito" com total de R$2.126 (2023 – R$1.036). Este saldo é diferido pelo prazo remanescente da carteira adquirida.

9 Outros créditos

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Imposto de renda e contribuição social pagos	4.100	-
Impostos a compensar		
IR	2.173	1.822
CSLL	1.679	1.398
Outros impostos a compensar	134	134
Depósitos judiciais	1.207	822
Outros (i)	77	51
Total Outros créditos	**9.370**	**4.227**
Total - Circulante	**8.029**	**3.270**
Total - Não circulante	**1.342**	**956**

(i) O saldo demonstrado na rubrica "Outros" refere-se, substancialmente, à antecipação de despesa de serviços prestados de auditoria externa e ajuste diário dos instrumentos financeiros derivativos.

10 Ativos não financeiros mantidos para venda

Saldo composto por bens imóveis recebidos pelo Banco pela liquidação de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, cuja grande maioria é proveniente de operações de crédito imobiliário.

O Banco mantém esforços na venda e diluição desses ativos. A movimentação, quanto a adições e baixas do período, segue demonstrado no quadro a seguir:

	Ativos não financeiros mantidos para venda	(-) Provisões para desvalorizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**17.816**	**(2.043)**	**15.773**
(+) Adições / Entradas	1.782	-	1.782
(-) Baixas / Vendas	(1.661)	-	(1.661)
Saldo em 30 de junho de 2024	**17.937**	**(2.043)**	**15.894**
(+) Adições / Entradas	5.030	-	5.030
(-) Baixas / Vendas	(4.057)	-	(4.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**18.910**	**(2.043)**	**16.867**
Total - Circulante			**5.913**
Total - Não circulante			**10.954**

O resultado das vendas desses bens está classificado na rubrica "Resultado não operacional" da demonstração do resultado, com montante no exercício de R$ -128 (2023 – R$489).

11 Investimentos e participações

	Participação no Capital (%)	Patrimônio Líquido (R$)	Resultado Equivalência Patrimonial (R$)	Valor Contábil 31 de dezembro de 2024	Participação no Capital (%) - 2023	Valor Contábil 31 de dezembro de 2023
BRP Assesoria	94,00%	4.106	3.160	3.859	96,00%	1.199
Nuclea S.A	0,5273%	2.003.206	-	10.562	0,53%	9.884
Outros investimentos			-	5		5
Saldo total			**3.160**	**14.426**		**11.088**

a. Participações em controlada

O Banco possui investimento no montante na BRP Assessoria Ltda., que tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira.

Os lucros auferidos no exercício foram distribuídos aos quotistas conforme estatuto social, tendo o BRP recebido o montante de R$500 da investida (2023 – R$500).

b. Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R$10.567 (2023 - R$9.889), que se referem, substancialmente, a participação na empresa Nuclea S/A. A investida distribuiu dividendos no exercício, e o total recebido pelo Banco foi de R$3.822 (2023 – R$5.273).

12 Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

				Custo líquido de depreciação	
	Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Móveis e equipamentos de uso	4%	109	(52)	57	51
Sistema de processamento de dados	20%	1.650	(1.007)	641	776
Benfeitorias e instalações	10% a 20%	1.503	(462)	1.042	1.215
Saldo total		**3.262**	**(1.522)**	**1.740**	**2.042**

13 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Composição por vencimento

	Vencimento				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2024
Depósitos					
Depósito à vista	38.024	-	-	-	38.024
Depósito a prazo	-	2.650	12.088	280.755	295.494
	38.024	**2.650**	**12.088**	**280.755**	**333.518**
Relações interfinanceiras					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN (i)	403.088	-	-	-	403.088
	403.088	**-**	**-**	**-**	**403.088**
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	107.305	204.236	220.027	531.568
LF - Letra Financeira	-	-	5.624	52.638	58.262
	-	**107.305**	**209.860**	**272.665**	**589.830**
Total	**441.112**	**109.955**	**221.948**	**553.421**	**1.326.436**
Circulante					**773.015**
Não circulante					**553.421**

	Vencimento				
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro de 2023
Depósitos					
Depósito à vista	34.115	-	-	-	34.115
Depósito a prazo	-	5.644	4.147	188.055	197.846
	34.115	**5.644**	**4.147**	**188.055**	**231.961**
Relações interfinanceiras					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN (i)	308.549	-	-	-	308.549
	308.549	**-**	**-**	**-**	**308.549**
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	32.036	113.732	297.839	443.607
LFG - Letra Financeira Garantida	-	-	119.320	5.018	124.338
	-	**32.036**	**233.052**	**302.857**	**567.945**
Total	**342.664**	**37.680**	**237.199**	**490.912**	**1.108.455**
Circulante					**617.543**
Não circulante					**490.912**

(i) Operações compromissadas, com compromisso de revenda, com liquidações diárias.

b. Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador (*)

	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor	% de alocação	Valor	% de alocação
CDI	856.437	96,7%	748.483	97,7%
IPCA	28.887	3,3%	17.308	2,3%
Total captação	**885.324**	**100%**	**765.791**	**100%**

(*) exceto depósitos à vista e operações vinculadas à compromisso de revenda

O custo destes instrumentos de captação, está classificado no demonstrativo de resultado, na rubrica "Despesas da intermediação financeira - Operações de captação", no montante de:

	Semestre findo em 31 de dezembro de 2024	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022
Custo de instrumentos de captação	(47.068)	(88.413)	(78.828)
Custo operações compromissadas	(15.273)	(31.058)	(31.876)
Fundo Garantidor de Crédito	(477)	(887)	(675)
Total Despesa Operações de captação	**(62.818)**	**(120.358)**	**(111.379)**

14 Obrigações por empréstimos e repasse

	Vencimento			
	Até 90 dias	**De 90 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**31 de dezembro de 2024**
Repasses do BNDES (i)	-	-	4.119	4.119
Repasses do FINAME (i)	227	2.040	81.851	84.118
Repasses FUNCAFÉ (ii)	9.296	245.311	23.483	278.090
Total	**9.522**	**247.351**	**109.453**	**366.327**

	Vencimento			
	Até 90 dias	**De 90 a 360 dias**	**Acima de 360 dias**	**31 de dezembro de 2023**
Repasses do BNDES (i)	-	-	3.219	3.219
Repasses do FINAME (i)	-	48	37.695	37.743
Repasses FUNCAFÉ (ii)	6.909	248.914	29.696	285.519
Total	**6.909**	**248.962**	**70.610**	**326.481**

(i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2029, sobre as quais incide a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), taxa Selic e dólar (TFBD).

(ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFE, sobre as quais incide taxa de juros média de 8% a.a. (2023 – 8% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

No demonstrativo de Resultado, a rubrica "Operações de empréstimos e repasses", no valor total de R$27.279 (2023 – R$24.754), correspondem aos valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados, sendo, R$14.170 (2023 – R$13.639) para recursos do FUNCAFE repassados, R$6.492 (2023 – R$7.414) para recursos do FUNCAFE não repassados (remunerados à Selic) e R$6.617 (2023 – R$3.701) referente aos programas do BNDES/FINAME.

15 Outras obrigações

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Sociais e estatutárias		
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	7.255	3.579
	7.255	**3.579**
Fiscais e previdenciárias		
IR / CSLL corrente a recolher	12.393	9.843
Encargos sobre folha de pagamento	758	757
Outros impostos a recolher	1.047	695
	14.198	**11.296**
Diversas		
Participações no resultado	1.400	1.750
Encargos trabalhistas	730	766
Provisões para contingências (Nota 17)	155	310
Outros	1.395	2.544
	3.680	**5.370**
Total - Circulante	**2.286**	**2.826**
Total - Não circulante	**1.395**	**2.544**

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação de alíquota

	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024	2023
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	45.602	38.850
Despesas de participações no resultado - PLR	(2.949)	(3.175)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	**42.653**	**35.674**
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	3.329	(18.270)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(17.737)	17.139
Base de cálculo	**28.245**	**34.543**
IRPJ (15%)	4.237	5.181
Adicional (10%)	2.801	3.430
Incentivos fiscais	(294)	(448)
IRPJ (25%)	6.743	8.164
CSLL (20%)	5.649	6.909
Ajuste Exercicio Anterior	(632)	
Total	**11.760**	**15.072**

b. Composição dos tributos diferidos

Créditos tributários	31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização	31 de dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferido sobre:				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.150	4.928	(6.778)	9.300
I*mpairment* de outros valores e bens	919			919
Provisão para contingências	140	40	(110)	70
Participações no resultado	788	1.260	(1.417)	631
Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	4.191	7.218	(3.645)	7.764
Outros	12	115	(113)	14
Instrumentos Financeiros	-			-
	17.200	**13.561**	**(12.063)**	**18.698**
Débitos tributários				
IRPJ e CSLL diferido sobre:				
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	-			-
	-	-	-	-
Total dos tributos diferidos	**17.200**	**13.561**	**(12.063)**	**18.698**

c. Estimativas de realização

Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 31 de dezembro de 2024 de 0,96% a.m., é de R$13.513 (2023 – R$11.806), assegura adequadamente o registro contábil e sua realização estimada no primeiro ano de R$4.589, no segundo ao quinto ano no valor de R$6.954 e para os demais anos, de R$1970. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período.

17 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica "Outras obrigações" no montante de R$ 155 (2023 – R$310). O Banco BRP tem expectativas de desembolso dessas provisões nos próximos doze meses.

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**310**	**-**	**-**	**310**
(-) Reversões	(244)	-	-	(244)
Saldo em 30 de junho de 2024	**66**	**-**	**-**	**66**
(+) Constiuições	89	-	-	89
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**155**	**-**	**-**	**155**

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis no total de R$ 6.655 (2023 – R$ 9.299) e, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

18 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado e sua composição acionária é a seguinte:

		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
		Quantidade ações	Valor (R$)	Quantidade ações	Valor (R$)
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	223.726.477	224.660	203.930.660	204.864

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital com a emissão de 19.795.817 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R$ 1.131, de lucros – R$ 15.837 (sendo R$ 7.652 de Reserva especial de lucro e R$ 8.185 de juros sobre capital próprio adicional proposto), créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R$ 2.828 (composto por R$ 5.655, descontados R$ 2.076 de imposto de renda retido na fonte e R$ 750 de remuneração paga à Varuna em 2024).

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 27 de junho de 2024.

O total do Patrimônio Líquido ao final do exercício é de R$248.953 (2023 – R$221.832), sendo: R$224.660 – Capital social (2023 – R$ 204.864); R$1.620 – Reserva legal (2023 – R$1.131) e R$22.674 – Reserva especial de lucros (2023 – R$15.837).

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada semestre, ajustado de acordo com a legislação. No exercício de 2024, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Juros sobre Capital Próprio no exercício	**14.877**	**13.840**
Juros sobre Capital Próprio previsto em Estatuto	8.098	5.655
IRRF recolhido	(843)	(2.076)
Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório	**7.255**	**3.579**
Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos	**6.779**	**8.185**

19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles.

a. Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza

qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação, sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito
- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

b. Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia *"value-at-risk"* para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adota o modelo IRRBB (Instrumentos classificados na carteira bancária) - Δ NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado do banco, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

c. Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

d. Risco operacional

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

e. Risco Socioambiental

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações

dispostas na Resolução CMN n° 4.945/21. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que o Banco está exposto. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

f. Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pelo Banco, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

- **Limites Operacionais**

Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%, que somado a 2% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022, e 2,5% a partir de 1º de abril de 2022 de Adicional de Conservação de Capital, totaliza a exigência de PR em 10,5%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Ativos Ponderados pelo Risco	Patrimônio de Referência (PR)	248.953	221.831
	Patrimônio de Referência Nível I	248.953	221.831
	Capital Principal (CP)	248.953	221.831
	Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.680.768	1.305.430
	RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	1.080.976	1.025.898
	RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	502.950	177.451
	RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	96.842	102.081
	IRRBB	806	50.339
	RWA + IRRBB	1.681.574	1.355.769
Requerimentos do Capital	Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	75.635	58.744
Margem sobre os Requerimentos de Capital	Margem sobre o Capital Principal Requerido	173.318	163.086
	Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	173.318	163.086
	Índice de Capital Principal (CP/RWA)	14,8%	16,4%

A ponderação de risco de crédito (RWACPAD) já contempla as mudanças estabelecidas pela Resolução BCB n° 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada.

20 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC n° 05, consolidada pelo CMN através da Resolução n° 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos, sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 31 de dezembro:

		31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023
Classificação	**Descrição**	**Saldo**	**Rendimentos pagos no exercício**	**Saldo**
Pessoal chave da administração				
Pessoa Física				
	Depósitos	1.701	125	2.305
	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	32.484	3.250	27.431
		34.185	**3.374**	**29.736**
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	31.159	4.004	27.387
		31.159	**4.004**	**27.387**
Controlada				
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	4.232	-	-
		4.232	**-**	**-**

a. Remuneração da diretoria

As despesas no exercício com remuneração dos diretores são compostas, basicamente, de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do ano.

21 Outras despesas e receitas operacionais

	Semestre findo em 31 de dezembro de	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2024	**2024**	**2023**
Receitas de prestação de serviços			
Comissão de estruturação / reestruturação	1.130	2.204	2.368
Tarifas bancárias	793	1.480	1.275
	1.923	**3.684**	**3.643**
Despesas de pessoal	(6.477)	(13.121)	(12.521)
	(6.477)	**(13.121)**	**(12.521)**
Outras despesas administrativas			
Tecnologia da informação	(2.515)	(4.860)	(4.271)
Serviços Prestados	(1.226)	(4.023)	(3.168)
Legais / Jurídicas	(880)	(1.751)	(1.569)
Despesas com Ativos não financeiros mantidos para venda	(659)	(1.134)	(2.131)
Instalação / Ocupação	(469)	(956)	(916)
Depreciações	(234)	(462)	(496)
Auditoria externa	(204)	(415)	(419)
Doações, Publicações e Eventos	(410)	(576)	(640)
Outras	(766)	(1.247)	(1.073)
	(7.362)	**(15.424)**	**(14.683)**
Despesas tributárias	(2.762)	(4.562)	(3.220)
	(2.762)	**(4.562)**	**(3.220)**
Outras receitas operacionais	1	7	11
	1	**7**	**11**
Resultado de participação em controlada	2.165	3.160	1.129
	2.165	**3.160**	**1.129**
Total	**(12.512)**	**(26.255)**	**(25.641)**

22 Outras informações

(i) Foi auferido na rubrica de "Resultado não operacional" da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor de R$4.344 (2023 –R$2.983), sendo R$4.499 (2023 – R$2.423) referente à valorização das ações da Nuclea S/A (Nota 11), -R$128 (2023 – R$490) referente aos resultados auferidos nas vendas de ativos não financeiros (Nota 10) e -R$27 (2023 – R$70) referente a outras rendas não operacionais.

(ii) Durante o exercício, para pagamentos de participações nos lucros e resultados, foram provisionadas o montante de R$2.949 (2023 – R$3.175), que serão distribuídas baseadas nas métricas definidas pelo banco.

(iii) No Balanço Patrimonial a rubrica de "Créditos a receber", no montante R$ 17.184 (2023 – R$ 17.543) referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R$380 no exercício, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

23 Resultados não recorrentes

Não houve resultados não recorrentes no período.

24 Eventos subsequentes

(i) A Resolução CMN n º 4.966 e alterações posteriores, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros. Os impactos desta adoção foram demonstrados em nota explicativa nº 2.

(ii) Conforme reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de dezembro de 2024, este deliberou pela distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2024. O Banco BRP pagou o montante de R$12.645, no dia 06 de janeiro de 2025, referente ao valor líquido de impostos, totais de juros sobre capital próprio mínimo obrigatório e adicional proposto (NE 18).

*** * ***